

# **Setor de Compras do IFRS – *Campus* Rio grande: integração com os coordenadores de curso**

Manoel José Porto Júnior, Doutor, IFSul – *Campus* Pelotas

Rosane Soares de Carvalho Duarte, Mestranda, IFSul – *Campus* Charqueadas,

**Palavras-chave:** Administração escolar; Educação Profissional e Tecnológica; Gestão democrática.

## **1. Tema de Estudo**

Levando em consideração que os cursos da Educação Profissional e Tecnológica precisam de equipamentos e materiais em seus laboratórios de ensino e aprendizagem, além de outras necessidades, a temática desta pesquisa diz respeito à integração dos coordenadores de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande com o setor de Compras e Contratos, focando nos processos de compras para aquisição de equipamentos e materiais de consumo utilizados nos laboratórios de ensino e aprendizagem do IFRS – *Campus* Rio Grande.

## **2. Objetivos**

O objetivo geral será identificar as dificuldades encontradas pelos coordenadores de curso do IFRS – *Campus* Rio Grande nas questões relacionadas às aquisições para os laboratórios de ensino e aprendizagem e intervir através do desenvolvimento de um produto educacional. Como objetivos específicos têm-se a seguinte pretensão: perceber as dificuldades dos coordenadores de curso em relação aos processos/rotinas de compras; contribuir para a manutenção dos laboratórios de ensino e aprendizagem; identificar e desenvolver o produto educacional para os coordenadores de curso; integrar os coordenadores de curso com o setor de Compras e Contratos do IFRS – *Campus* Rio Grande e fazer com que a servidora técnico-administrativa em educação possa refletir sobre sua prática durante o desenvolvimento da pesquisa.

## **3. Fundamentação Teórica**

Conforme Secchi (2009) desde os anos 1980, as administrações públicas em todo o mundo realizaram mudanças substanciais nas Políticas de Gestão Pública (PGPs). Entre os modelos organizacionais e reformas que aconteceram na administração pública, citados por Secchi (2009), estão: o modelo burocrático, o gerencialismo (Administração pública gerencial e governo empreendedor) e a governança pública. No modelo burocrático, a formalidade impõe deveres e responsabilidades aos membros da organização, a configuração e a

legitimidade de uma hierarquia administrativa, as documentações escritas dos procedimentos administrativos, a formalização dos processos decisórios e das comunicações internas e externas, evitando ao máximo a discricionariedade individual na execução das rotinas; a impessoalidade implica que as posições hierárquicas pertencem à organização e não às pessoas que a estão ocupando e o profissionalismo está intimamente ligado ao valor positivo atribuído ao mérito como critério de justiça e diferenciação.

Secchi (2009, p.349) afirma que, da crítica ao modelo burocrático, surgiram os outros dois modelos organizacionais como alternativas: gerencialismo e governança pública. Contudo em todos os modelos citados a função administrativa “controle” está sempre presente, ou seja, continuam a colocar ênfase na função controle e não se apresentam como modelos de ruptura. Considerando a administração em seu sentido geral, Paro afirma que “a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. Assim pensada, ela se configura, inicialmente, como uma atividade exclusivamente humana, já que somente o homem é capaz de estabelecer livremente objetivos a serem cumpridos”. (PARO, 2012, p.25).

Paro (2012, p.132) defende que “somente através da transformação social é possível integrar os interesses individuais (de pessoas ou grupos) aos interesses sociais (da sociedade como um todo)”.

Conforme Saviani (2012, p.85) “educação e política devem ser entendidas como manifestações da prática social própria da sociedade de classes”. Portanto na escola a convivência é uma prática social. Sendo o IFRS uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação - MEC criada através da Lei 11.892 de 2008, possuem como prerrogativas autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior básica e profissional, pluricurricular e *multicampus* (PDI, 2014, p.17).

Ramos (2008) defende a superação da dualidade entre formação específica e formação geral e que o foco seja deslocado dos objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Quebrando com esta dualidade historicamente construída, os Institutos Federais oferecem uma educação que propicia aos educandos seguirem o caminho que quiserem, pois deverão ser preparados para o mundo do trabalho e não apenas visando o mercado. Saviani (2007) defende o trabalho como princípio educativo, pois é através do trabalho, transformando a natureza, que o homem garante sua sobrevivência, sendo assim trabalho e educação se complementam.

Sendo a pesquisadora técnica-administrativa em educação, lotada no setor de Compras e Contratos, espera-se que este trabalho permita uma reflexão sobre sua prática como profissional da educação, de forma a contribuir com as necessidades dos cursos ofertados na instituição, possibilitando uma formação omnilateral, politécnica e humana, aliando trabalho, ciência e cultura.

#### **4. Metodologia**

A pesquisa será qualitativa e realizada com todos os coordenadores de curso e dois (2) técnicos administrativos do setor de Compras e Contratos através de entrevistas semiestruturadas (23 participantes) a fim de averiguar suas dificuldades em relação aos processos de compras necessários para o bom funcionamento dos laboratórios de ensino e aprendizagem, bem como sugestões de melhorias. Os dados serão analisados através da análise de conteúdo. Conforme Bardin (2009, p.121), as fases da análise de conteúdo organizam-se em três pólos: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

#### **5. Resultados**

O resultado esperado será uma melhor compreensão pelos dos coordenadores de curso dos processos de compras realizados pelo setor de Compras e Contratos do IFRS – *Campus* Rio Grande, além de maior integração entre eles.

#### **Referências**

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Acesso em 11-06-2018.
- BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018**. Bento Gonçalves, RS, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/PDI-2014-2018.pdf> Acesso em 11-06-2018.
- PARO, Vitor Henrique, **Administração Escolar: introdução crítica**. 17ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2012.
- RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. In: O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED- PR, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 42ª ed. 2012.

SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública. **Revista.Administração.Pública** on line.2009, v. 43, n.2, p.347-369. ISSN0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>. Acesso em 11.06.2018.